

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

### Obras e Serviços de Engenharia

#### OBJETO:

**Contratação de empresa especializada para ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL CASSIDIO PINTO – TARUMÃ/SP**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 409.249,48 (quatrocentos e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

**DATA DA ABERTURA:** 08/04/2026

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO GLOBAL



## CONDIÇÕES GERAIS DE LICITAÇÃO - ÍNDICE

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO
4. DA VISTORIA
5. DA SUBCONTRATAÇÃO
6. DA PARTICIPAÇÃO
7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
8. REPRESENTAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
- 10 - ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
11. DA NEGOCIAÇÃO
12. DA HABILITAÇÃO
- 13 - DA PROPOSTA FINAL
- 14 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO
- 15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS
16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
17. DO TERMO DE CONTRATO
18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 19 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO
- 20- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS
- 21- REAJUSTE DE PREÇOS
- 22- DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
- 23- DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA
- 24- GARANTIA DOS SERVIÇOS
- 25 -DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
- 26 - RECEBIMENTO DA OBRA
- 27 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



## **ANEXOS**

**ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO;**

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA;**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO;**

**ANEXO IV – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;**

**ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;**

**ANEXO VI – PROJETO BÁSICO, MEMORAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS; E**

**ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA ADMINISTRAÇÃO.**

**ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO**



**PROCESSO Nº. 013/2026**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2026**  
**EDITAL Nº. 008/2026**

**CONDIÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO**  
**OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**  
**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA – MENOR PREÇO**

A Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482 - Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4700, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbano, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando “**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**” do tipo **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme especificado no preâmbulo deste Edital, em conformidade pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto Municipal nº 2.884/2023, de 28 de março de 2023 e suas posteriores alterações, bem como as condições a seguir estabelecidas.

**1. PREÂMBULO**

1.1. A sessão pública será processada e conduzida pelo Agente de Contratação com o auxílio da Equipe de Apoio designados nos autos do processo em epígrafe, mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo **PLATAFORMA DE LICITAÇÕES LICITAR DIGITAL** – [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br), nos seguintes prazos e condições:

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: dia 08 de abril de 2026, às 09h00.**

**LOCAL:** [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) (acesso identificado no link - licitações).

1.2. O fornecedor deverá observar as datas e horários limites previstos para a abertura das propostas atentando-se também para a data e horário para o início da disputa.

1.3. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

1.4. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

1.5. O edital e seus anexos estão disponíveis através do site [www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes](http://www.taruma.sp.gov.br/empresa/licitacoes).

**2. DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia consistente na implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal Cassídio Pinto**, situado na Avenida das Orquídeas, s/n, Centro, no Município de Tarumã/SP, compreendendo a execução de infraestrutura elétrica, sistema luminotécnico,



padrão de entrada de energia, quadro de distribuição, sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, malha de aterramento e demais instalações correlatas.

2.2. A execução da obra deverá observar integralmente as especificações técnicas constantes do Projeto Básico, Memorial Descritivo, Projeto Elétrico, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos técnicos que integram este edital como anexos.

2.3. A contratação será realizada na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos dos arts. 6º, inciso XXXVIII, 28, inciso II, 46 e 56 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de obra de engenharia com projeto previamente definido.

2.4. O objeto compreende a execução integral da obra, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, ferramentas, encargos sociais e trabalhistas, transporte, montagem, testes operacionais e todas as demais atividades necessárias à plena execução do empreendimento.

2.5. O valor estimado da contratação é de R\$ 409. 249,48 (quatrocentos e nove mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e oito centavos), conforme planilha orçamentária elaborada com base em composições referenciais de custos do SINAPI e tabelas públicas de referência, conforme peças técnicas anexas.

2.6. O prazo de execução da obra será de até 4 (quatro) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, observando-se o cronograma físico-financeiro integrante do edital.

2.7. A execução contratual deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente:

- **NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão**
- **NBR 5419 – Proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)**
- **NR-10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade**
- **Normas técnicas da concessionária de energia Energisa aplicáveis ao padrão de entrada.**
- 

2.8. Integram este edital, para todos os efeitos legais, os seguintes documentos técnicos:

- I – Projeto Básico;
- II – Memorial Descritivo;
- III – Projeto Elétrico;
- IV – Planilha Orçamentária;
- V – Cronograma Físico-Financeiro;
- VI – Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- VII – Demais peças técnicas de engenharia.
- VIII – Termo de Referência
- IX – Matriz de Risco

### 3. DO LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto desta licitação ocorrerá no **Estádio Municipal Cassídio Pinto**, situado na **Avenida das Orquídeas, s/n, Centro, no Município de Tarumã/SP**, local onde será





implantado o sistema de iluminação objeto da presente contratação, compreendendo a execução das instalações elétricas, infraestrutura, sistema de proteção contra descargas atmosféricas – SPDA, padrão de entrada de energia e demais serviços previstos nas peças técnicas que integram este edital.

3.2. A obra deverá ser executada integralmente no endereço acima indicado, observando-se rigorosamente as especificações técnicas constantes do **Projeto Básico, Memorial Descritivo, Projeto Elétrico, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro**, que integram o presente instrumento convocatório.

#### 4. DA VISTORIA

4.1. A vistoria técnica ao local de execução da obra é facultativa, sendo recomendada às licitantes interessadas, a fim de que possam avaliar as condições físicas do local, as características da área de intervenção e demais circunstâncias que possam influenciar na elaboração da proposta.

4.2. A vistoria poderá ser realizada por representante da licitante devidamente credenciado, podendo este estar acompanhado de profissionais técnicos ou especialistas que detenham conhecimento técnico pertinente ao objeto da contratação, com vistas à adequada avaliação das condições de execução dos serviços.

4.3. O período para realização da vistoria técnica iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data designada para a realização da sessão pública da licitação, devendo ser previamente agendada junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, pelo telefone (18) 3373-4700 – ramal 5914 – Setor de Engenharia, sendo realizada de segunda a sexta-feira, no horário das 09h00 às 16h00, com acompanhamento de servidor designado pela Administração.

4.4. Para a realização da vistoria, o representante da licitante deverá apresentar documento oficial de identificação com foto, bem como documento que comprove sua vinculação ou autorização da empresa para a realização da visita técnica.

4.5. A licitante que optar por não realizar a vistoria técnica deverá apresentar declaração formal de pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local de execução da obra, firmada por seu representante legal ou responsável técnico, assumindo total responsabilidade pela elaboração da proposta e pela execução do objeto.

4.6. A ausência de realização da vistoria técnica não poderá ser invocada posteriormente como fundamento para alegação de desconhecimento das condições locais, tampouco para solicitação de aditivos contratuais decorrentes de circunstâncias previsíveis à época da licitação.

4.7. O modelo de declaração de conhecimento das condições do local encontra-se disponível no **Anexo – Declaração de Conhecimento e Vistoria Técnica**, integrante deste edital.



## 5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Poderá ser admitida subcontratação parcial de serviços especializados, limitada a **30%** do valor do contrato, mediante prévia autorização da Administração e desde que não recaia sobre parcelas de maior relevância técnica.

5.2 É vedada a subcontratação total de obra.

## 6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas regularmente constituídas, cujo objeto social seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos, bem como que estejam devidamente credenciadas no sistema eletrônico utilizado para a realização da Concorrência, nos termos deste instrumento convocatório.

6.2. Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação o licitante enquadrado em qualquer das hipóteses previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

6.2.1. pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo relacionados ao objeto desta licitação;

6.2.1.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

6.2.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo relacionado ao objeto desta licitação, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

6.2.3. pessoa jurídica que se encontre impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em decorrência de sanção administrativa aplicada com fundamento na legislação vigente;

6.2.3.1. o impedimento previsto no item anterior também se aplica ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada;

6.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

6.2.6. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



6.2.7. cooperativas de trabalho, quando a natureza do objeto exigir relação de subordinação jurídica entre a Administração e os trabalhadores envolvidos na execução do contrato, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.690/2012.

### **Participação indireta**

6.3. Considera-se participação indireta a existência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pela execução da obra.

6.4. O disposto neste capítulo aplica-se igualmente aos agentes públicos que atuem no procedimento licitatório.

### **Apresentação de propostas no sistema eletrônico**

6.5. Os licitantes encaminharão exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, a proposta de preços e os documentos de habilitação exigidos neste edital, quando então será automaticamente encerrada a etapa de envio.

6.6. O envio da proposta e dos documentos de habilitação ocorrerá mediante utilização de chave de acesso e senha pessoais e intransferíveis do licitante no sistema eletrônico.

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua eventual desconexão.

6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.9. Nesta etapa do certame não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

### **Análise de documentos**

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para análise do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de envio de lances.

6.11. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles já apresentados, poderão ser solicitados pelo Agente de Contratação, devendo ser encaminhados pelo licitante melhor classificado no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, salvo prorrogação devidamente justificada.

6.12. Somente haverá necessidade de apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida quanto à integridade do documento digital.

6.12.1. Nessa hipótese, o licitante deverá encaminhar a documentação solicitada no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Agente de Contratação.

### **Regras formais dos documentos**





6.13. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, por sua própria natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

6.14. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão estar acompanhados de tradução para a língua portuguesa realizada por tradutor público juramentado, devidamente registrada no Brasil.

### **Suspensão da sessão**

6.15. Havendo necessidade de análise mais detalhada dos documentos apresentados, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública, informando no sistema eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

### **Inabilitação**

6.16. Será inabilitado o licitante que:

I – deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos neste edital;

II – apresentar documentação em desacordo com as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E DE EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1. Para fins de obtenção do tratamento diferenciado de que tratam os artigos 42 a 49 da Lei Complementar federal nº 123/2006, quando do envio da proposta inicial, o participante deve declarar eletronicamente em campo próprio do sistema:

7.1.1. que possui enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.1.2. que, no presente ano-calendário, ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.2. A ausência dessas declarações, no momento do envio da proposta, significará a renúncia da microempresa ou empresa de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas a elas concedidas pela Lei Complementar federal nº 123/2006.

7.3. Consideram-se empatadas as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que estiverem no limite de até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada, desde que esta não seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4. Ocorrendo o empate, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior ao menor preço apurado no certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.5. No caso de não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte, serão convocadas as empresas remanescentes que se encontrem na situação de empate, de



mesmo enquadramento empresarial, na ordem classificatória, para o exercício do direito aqui previsto.

7.5.1. Na hipótese de não haver mais empresas de mesmo enquadramento empresarial, o objeto da licitação será adjudicado para a empresa que originalmente apresentou o melhor lance.

7.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar os documentos de habilitação, mesmo que estes apresentem alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de inabilitação.

7.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos com restrições quanto à regularidade fiscal e trabalhista têm assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a partir da declaração de vencedor da licitação, a critério da Administração, para apresentar as respectivas certidões de regularidade.

7.8. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação da multa de 2% sobre o valor total da proposta inicial, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.9. Não se aplicam os critérios de desempate previstos nos itens 0 e 0, caso a licitação se destine exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

7.10. Não haverá tratamento preferencial para microempresas e empresas de pequeno porte na hipótese do art. 4º, § 1º, II, da Lei Federal nº 14133/2021.

## **8. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

8.1. A Concorrência Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

8.2. - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da Plataforma de Licitações da Licitar Digital ([www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)).

8.3.- É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Tarumã/SP, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

8.4. - O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

8.5. - A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

8.6. - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.



## **8.7 - COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

8.7.1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;

8.7.2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei no 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da CF/88;

8.7.3. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

8.7.4. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8.7.5. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência;

8.7.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **9. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

9.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.2. Os licitantes apresentarão suas propostas mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.2.1. Carta de Apresentação da Proposta, conforme Anexo, já consideradas inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

9.2.2. Orçamento Discriminado, seguindo a mesma estrutura do orçamento de referência da Administração, sem acréscimo ou supressão de itens ou modificação de quantitativos, apresentando preços unitários e global dos materiais e serviços, bem como o total da proposta, expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e outros pertinentes ao objeto licitado;

a) Condições de pagamento, conforme especificado na Cláusula 19 deste Edital;



b) Prazo de validade da proposta de no mínimo 90 (noventa) dias contados da data de sua abertura;

c) Prazo de entrega, conforme especificado neste edital;

d) Mão de obra, ferramentas e equipamentos auxiliares para execução dos serviços serão por conta do contratado.

9.3. - Os preços apresentados são fixos e irredutíveis durante toda a vigência contratual.

9.4. - Os preços apresentados englobam todos os custos diretos e indiretos relativos ao atendimento do objeto desta licitação incluindo, entre outros, todas as taxas, tributos e impostos, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, viagens, refeições, estadias, fretes, etc.

9.5. Serão rejeitadas parcial ou totalmente, as propostas ou itens que contenham rasuras.

9.6. Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.7. A proposta depois de aberta ficará vinculada à licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte do proponente.

9.8. O orçamento deverá observar a composição de custos e BDI conforme planilha orçamentária da Administração, vedada a alteração da estrutura de itens e quantitativos.

9.9. A proposta deverá ser inserida na plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br) pelo interessado ou representante legal **até às 09h00min. do dia 08 de abril de 2026.**

9.10. Até a data e hora marcadas como fim do recebimento de propostas, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.11. Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo resultante de fato superveniente e aceito pelo agente de contratação, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

9.12. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades.

9.13. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.14. A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o





licitante pleitear acréscimo após a abertura da sessão pública.

## 10. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

10.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2 - O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

10.3 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.4 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.8 - O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo.

10.9 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.10 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.11 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00. (dez reais).**

10.12 - Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "aberto e fechado".

10.13 - Do modo de disputa aberto e fechado seguirá a seguinte ordem de etapas:

10.13.1 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

10.13.2 - Vencido o prazo previsto no inciso anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;



10.13.3 – Encerrada a recepção de lances, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

10.13.4 – Na ausência de, no mínimo, 03 (três) ofertas nas condições de que trata o item 10.13.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

10.13.5 – Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 10.13.2 e 10.13.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

10.13.6 – Se não houver lance final e fechado classificado nos termos dos itens 10.13.2 e 10.13.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 10.13.4;

10.13.7 – Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao edital.

10.14 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

10.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.16 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

10.17 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.18 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.19 - No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.20 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.21 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



10.22 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

10.23 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.24 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.25 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.26 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.27 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.28 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 e incisos da Lei nº 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

10.28.1 - produzidos no país;

10.28.2 - produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.28.3 - produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.28.4 - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.29 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.30 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.



10.31 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.32 - Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote o Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.33 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. Após o encerramento da etapa de lances e da aplicação do empate ficto, se for o caso, o agente de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, visando a que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento estabelecido, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## 12. DA HABILITAÇÃO

### 12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

### 12.2 REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);





b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de **certidão expedida conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da **Fazenda** (débitos não inscritos) e pela **Procuradoria Geral do Estado** (débitos inscritos em dívida ativa).

d) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de Certidão que prove a regularidade, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

### 12.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou apresentação do Plano de Recuperação homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 50;

b) **Balanco Patrimonial** e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (devidamente registrado no órgão competente) e, quando se tratar de sociedade por ações, devidamente publicado na imprensa oficial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, aceitando-se a apresentação de Balanço de Abertura para as licitantes com menos de 01 (um) ano de existência;

b.1) Demonstrativo dos índices econômico-financeiros a seguir mencionados, extraídos do balanço referido no subitem "b":

b.1.1) Índice de Liquidez Corrente (LC), igual ou maior que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:



ATIVO CIRCULANTE

LC = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE

b.1.2) índice de Endividamento (EN) inferior à 0,50, obtido através da seguinte fórmula, nos termos do entendimento jurisprudencial TCESP<sup>1</sup>:

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL EM LONGO PRAZO

EN = \_\_\_\_\_

ATIVO TOTAL

b.1.3) índice de Liquidez Geral (LG), igual ou maior do que 1,00 (um), obtido através da seguinte fórmula:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL EM LONGO PRAZO

LG = \_\_\_\_\_

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

c) Capital Social mínimo, já integralizado, equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme o § 4º do artigo 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 12.4 Qualificação técnica

**a)** Certidão de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, dentro do prazo de validade, comprovando habilitação para execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis com o objeto da licitação.

### **b) Capacitação Técnico-Operacional**

Comprovação de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, mediante apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU quando exigido pela legislação profissional.

A comprovação deverá demonstrar execução anterior de **serviços de instalação de infraestrutura elétrica ou sistemas de iluminação**, observando os quantitativos mínimos abaixo indicados, correspondentes a **50% (cinquenta por cento) dos quantitativos relevantes da obra**, conforme permitido pela jurisprudência do Tribunal de Contas:



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QUANTIDADE MÍNIMA
I	Execução de infraestrutura elétrica subterrânea, incluindo instalação de eletrodutos, caixas de passagem e cabeamento elétrico	M	correspondente a 50% do previsto na planilha
II	Instalação de sistema de iluminação com luminárias ou refletores LED para áreas esportivas ou públicas	UN	correspondente a 50% do previsto na planilha
III	Instalação de quadros elétricos, dispositivos de proteção e testes de funcionamento do sistema	UN	correspondente a 50% do previsto na planilha

**b.1)** A comprovação poderá ser realizada mediante apresentação de:

- **01 (um) atestado para cada item, ou**
- **01 (um) ou mais atestados que contemplem conjuntamente os serviços exigidos.**

**b.2)** Serão admitidos somatórios de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, desde que se refiram a obras ou serviços executados pela própria licitante.

c.1) a comprovação poderá ser efetuada por meio de 01 (um) atestado para cada item dos serviços ou por 01 ou mais atestados que constem todos os itens.

c.2) o vínculo profissional poderá ser feito mediante contrato social, registro em carteira, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

d) Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitações de documentos" em substituição aos documentos exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

**e) Declaração de Visita Técnica expedida pela Secretaria Munic. Agric., Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.**

## 12.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração de que a licitante cumprirá o teor disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, bem como as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus funcionários;

b) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;

c) Declaração de desimpedimento em contratar com a administração pública;

d) Declaração de concordância com os termos e condições do Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos;

e) Declaração da licitante indicando Engenheiro responsável para os serviços licitados;

f) Declaração individual subscrita pelos profissionais responsáveis indicados, autorizando/concordando com sua indicação.



g) – Declaração de que está em cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133/21.

h) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração, que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

12.6. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, inclusive em Sessão, ou em publicação do órgão da Imprensa Oficial, ou ainda, qualquer outra forma prevista em lei.

12.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

12.8. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.9. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

12.10. Fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

12.11. O Agente de Contratação poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar no sistema.

12.12. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

12.13. A pessoa física que irá representar a Empresa, que não seja sócio, deverá apresentar-se munido de Procuração (RECONHECIDA FIRMA) ou credenciamento (RECONHECIDA FIRMA), ficando somente permitido 01 (um) representante para cada empresa participante.

### **13 - DA PROPOSTA FINAL**

13.1. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será automaticamente atualizada pelo sistema eletrônico.

13.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o





caso.

13.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

13.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.6 - Cronograma Físico-Financeiro, contendo as etapas de execução e as respectivas parcelas de pagamento, preenchido pelo licitante de acordo com o modelo previsto no Anexo VII, e observando os parâmetros informados pela Administração no Anexo V.

13.7. Número da conta corrente/poupança para eventual pagamento dos serviços.

#### **13.8. Planilha Orçamentária com BDI e Cronograma Físico Financeiro do serviço.**

### **14 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1. Até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório da concorrência.

14.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, por meio do sistema eletrônico LICITAR DIGITAL, via Internet, no endereço [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).

14.1.2. Os esclarecimentos e eventuais retificações serão efetuados e disponibilizados no endereço eletrônico acima mencionado.

14.1.2.1. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega das propostas, o Agente de Contratação poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na elaboração das propostas de preços. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã e no endereço eletrônico acima mencionado.

14.1.3. Não serão reconhecidas impugnações do Edital fora dos respectivos prazos legais.

14.2. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração do mesmo, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.



14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

## **15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

15.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº. 14.133/21, devendo o licitante se manifestar depois de declarado o vencedor da disputa pelo Agente de Contratação. O Sistema aceitará a intenção do licitante, nos 10 (dez) minutos imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O fornecedor desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.

15.1.1. O recorrente manifestará sua intenção com registro da síntese de suas razões, devendo juntar memoriais no prazo de três (03) dias úteis, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contrarrazões em igual número de dias (03), que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.1.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Agente de Contratação.

15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Agente de Contratação ao vencedor.

15.3. O recurso contra decisão do Agente de Contratação não terá efeito suspensivo.

15.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

16.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente.

16.2. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17. DO TERMO DE CONTRATO**

17.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, após formalmente convocado, para assinar e devolver o contrato.

## **18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

18.1. A fiscalização da execução contratual ficará a cargo do órgão ou entidade através do Senhor Sirlan Aparecido Ribeiro, RG nº 25.497.577-X SSP/SP, CPF nº 303.787.428-76, Cargo Coordenador de Programas, atuando como fiscal do contrato.



18.2 Os serviços deverão ser acompanhados por servidores designados pela Diretoria de Engenharia, Obras e Serviços, aos quais competirá a GESTÃO e FISCALIZAÇÃO dos mesmos.

18.3 As atribuições do GESTOR DE CONTRATO serão conforme o art. 4º da Resolução GP – 21/2018 ou por norma que vier a substituí-la.

18.4 As atribuições dos FISCAIS TÉCNICOS serão conforme o art. 6 da Resolução GP – 21/2018 ou por norma que vier a substituí-la.

18.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

18.6 A fiscalização técnica e administrativa não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, conforme previsto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**18.7. A CONTRATADA deverá seguir estritamente as disposições do DECRETO MUNICIPAL nº. 3.194/2025, de 04 de fevereiro de 2025, que Dispõe sobre a instituição de “Diário de Obras” para obras públicas municipais realizadas pelo poder público municipal e para obras em regime de execução por empreitada global contratadas pelo município.**

## 19 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

19. Para o item condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

19.1.1 O pagamento será efetuado por medição, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

19.1.2. Juntamente com a Nota Fiscal deverá ser encaminhada planilha detalhada da medição, indicando obrigatoriamente cada item e seu quantitativo executados, conferida e assinada pelo responsável técnico da Prefeitura.

19.2. Após a emissão das respectivas faturas, o Município de Tarumã emitirá Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente à fatura emitida, sendo que a empresa contratada deverá providenciar o respectivo recolhimento para efeito de liberação do recurso junto ao Órgão Gestor.

19.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo.

19.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.



19.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## 20- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município (Recurso Municipal e Estadual).

02.06.00 – 27.812.0045.1000 - 4.4.90.51 – **958 (Fonte 05)** – Obras e Instalações. – **R\$ 409.249-48**

## 21. REAJUSTE DE PREÇOS

21.1. Os preços permanecerão fixos pelo prazo de **12 meses**, podendo ser reajustados após esse período com base no índice **INCC ou outro índice oficial aplicável à construção civil**.

## 22. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1 Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observados o estabelecido na Lei nº 14.133/21.

22.2 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

22.3 O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

## 23. DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

23.1. O não cumprimento de quaisquer exigências contidas na legislação em vigor ou nas condições contratuais pactuadas sujeitará a Contratada às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações posteriores, artigos 156, em especial:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





23.2. A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

23.3. A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

23.4. A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

23.5. A multa de que trata o subitem 23.1. deste Edital somente poderá ser relevada, quando os fatos geradores da penalidade decorrerem de casos fortuitos ou de força maior, que independam da vontade da Contratada e quando aceitos, justifiquem o atraso. Na hipótese de aplicação de multa, é assegurado à PREFEITURA o direito de optar pela dedução do respectivo valor sobre qualquer pagamento a ser efetuado à empresa CONTRATADA, utilizar a caução de garantia de contrato ou se não tiver saldo, inscrever na Dívida Ativa do Município.

23.6. A licitante estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 14.133/21 e posteriores alterações.

## 24. GARANTIA DOS SERVIÇOS

24.1 Todos os serviços prestados deverão gerar um relatório detalhado que funcionará como memória técnica, para efeito de garantia de serviços, assinado pelo Fiscal, para fins de acervo técnico e guarda de informações técnicas que venham a ocasionar defeitos.

24.2 A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

24.3 A Contratada obriga-se, ainda, a garantir os sistemas, elementos, componentes e instalações da obra em consonância com o disposto na NBR 15.575/2013 e NBR 17.170/22, da ABNT.

24.4 As medidas corretivas pertinentes às solicitações de cumprimento de garantia deverão ser providenciadas no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, salvo quando se tratar de situações emergenciais, que coloquem em risco a integridade física das pessoas, quando as providências deverão ser adotadas no prazo de 24 horas da solicitação.

24.5 As luminárias LED deverão possuir garantia mínima de **5 anos do fabricante**.



## 25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

25.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia, na modalidade de fiança ou caução ou seguro-garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, conforme disposto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021.

25.1.1. O prazo para apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021.

### 25.1.1.1. A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação da garantia.

25.2 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

25.3 O CONTRATANTE restituirá ou liberará a garantia ofertada, no prazo máximo 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de recebimento definitivo dos serviços objetos desta licitação, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento.

25.4. Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

25.5. Além da garantia indicada no item 25.1, a licitante que propor proposta comercial inferior 85% (oitenta e cinco por cento), **DEVERÁ** apresentar **GARANTIA ADICIONAL** da diferença entre o preço proposto e o valor de referência da administração Pública, artigo 59, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/2021 no mesmo prazo estipulado no item 25.1.1.

## 26. RECEBIMENTO DA OBRA

26.1 Após concluídos, os serviços serão recebidos pela Fiscalização do Secretaria de Obras, em estreita conformidade com as condições estabelecidas neste projeto básico. A Contratada deverá requerer a realização de VISTORIA para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

26.2 O requerimento da vistoria deverá ser feito dentro do prazo contratual, sob pena de caracterizar mora na prestação dos serviços, sujeita às penalidades previstas em contrato.

26.3 A vistoria será efetuada pela Fiscalização no prazo de até 15 (quinze) dias corridos do seu requerimento. Tendo por concluída a obra, a Fiscalização emitirá, naquela data, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DA OBRA, circunstanciado e assinado pelas partes.

26.4 Sendo constatada na VISTORIA a não conclusão integral da obra, volta-se a fluir o prazo legal para a conclusão dos serviços ou, caso findo o prazo, poderá incidir mora na prestação.

26.5 O recebimento definitivo da obra se fará por servidor ou comissão designados pela Administração, mediante termo circunstanciado (Termo de Recebimento Definitivo da Obra), no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após satisfeitas as seguintes condições:



26.5.1 vistoria que comprove a ausência de vícios na execução da obra, a ser efetuada no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório da Obra;

26.5.2 entrega, pela Contratada, dos documentos emitidos por terceiros, como: Certidão Negativa de Débitos Previdenciários da Obra - CND, emitida pela Receita Federal, Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros e o HABITE-SE, emitido pela Prefeitura de Tarumã/SP.

26.6 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

26.7 O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior estabelecido em normas técnicas brasileira vigentes, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

26.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

27.1 A CONTRATADA é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, inclusive no impacto da vizinhança decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da obra, mesmo que tenha sido por meio de seu subcontratado autorizado pelo CONTRATANTE.

27.2. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pública pelo agente de contratação.

27.2.1. Nas atas da sessão pública, deverão constar os registros dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação, das manifestações de intenção de interposição de recursos, se for o caso, do respectivo julgamento dos recursos, e do vencedor da licitação;

27.2.2. Os demais atos licitatórios serão registrados nos autos do processo da licitação.

27.3. O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital, pois a simples apresentação da proposta o vincula de modo incondicional ao competitivo.

27.4. A falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

27.5. No julgamento da habilitação e das propostas, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



27.5.1. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

27.6. É facultado ao agente de contratação ou à autoridade superior convocar os licitantes para quaisquer esclarecimentos necessários ao entendimento de suas propostas.

27.7. Prevalecerão as disposições deste Edital em caso de divergência com as demais peças que compõem o processo.

27.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

27.9. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da repartição pública.

27.10. Todas as referências de tempo citadas no aviso da licitação, neste Edital, e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

27.11. A Autoridade Superior poderá revogar esta Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.11.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

27.11.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato, devidamente comprovados.

27.12. A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.

27.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Convocação para assinatura do Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e suas posteriores alterações.

27.14. A PREFEITURA convocará a Adjudicatária para assinar o contrato, que deverá fazê-lo no prazo e nas condições estabelecidas, sob pena de decair do direito de contratação além de sujeitar-se a outras sanções previstas na Lei Federal 14.133/21.

27.15. A Adjudicatária é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e no caso particular de 50% para reforma de edifícios ou equipamentos, mediante aditamento contratual de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/21.





27.16. A licitação poderá ser revogada mesmo após a adjudicação, sem qualquer ônus ou responsabilidade à PREFEITURA em casos de inconveniência ou inoportunidade administrativa.

27.17. A vigência do termo de contrato será de **12 (doze) meses**, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto art. 107 da Lei nº 14.133/21, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

27.18. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos – AGRO/OBRAS, promoverá a fiscalização da execução do objeto e terá toda competência para solicitar alterações ou modificações, desde que respeitados os limites do contrato.

27.19. Integram este Edital, ainda, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta de Contrato;

Anexo II – Declaração de Conhecimento e Vistoria Técnica;

Anexo III – Declaração de Capacidade Técnico-Operacional e Indicação de Responsável Técnico;

Anexo IV – Carta de Apresentação da Proposta;

Anexo V – Cronograma Físico-Financeiro;

Anexo VI – Projeto Básico, memoriais, desenhos técnicos e demais peças; e

Anexo VII – Planilha Orçamentária / Orçamento Base da Administração.

Anexo VIII – Matriz de Risco

27.20 A empresa vencedora caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Tarumã;

27.21. Não será permitida terceirização e a sub empreitada dos trabalhos, no todo ou em parte, sem a expressa anuência da PREFEITURA.

27.22. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis - SP, para dirimir questões resultantes desta licitação.

Tarumã SP, 18 de março de 2026.

**EDENILSON FRAZÃO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE,**  
**OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**



## ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA Implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal Cassídio Pinto, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Taramã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Arvores, no município de Taramã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº **64.614.449/0001-22**, neste ato representado por seu Secretário Municipal a Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_- \_\_\_\_ XXX/XX e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_-\_\_\_\_, simplesmente denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. \_\_\_\_\_, simplesmente denominada CONTRATADA, celebram o presente, em observância a Concorrência Eletrônica nº. XXX/2025, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº. 14.133, de 21 de abril de 2021 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal Cassídio Pinto, compreendendo fornecimento de materiais, instalação de infraestrutura elétrica, cabeamento, sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), quadros elétricos, testes e comissionamento do sistema, conforme projeto básico, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro**, conforme descrição contida nos ANEXOS, Projeto Básico e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA**  
**DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA**

**2.** O presente instrumento contratual vincula-se, para todos os fins de direito, ao **Edital do Processo nº XXX/2026 – Concorrência Eletrônica nº XXX/2026**, bem como a todos os seus anexos, especialmente:

**| – Termo de Referência:**

**II – Projeto Básico e respectivos projetos executivos;**



- III – **Memorial Descritivo;**
- IV – **Planilha Orçamentária;**
- V – **Cronograma Físico-Financeiro;**
- VI – **Matriz de Riscos;**
- VII – **Estudo Técnico Preliminar (ETP);**
- VIII – **Proposta da CONTRATADA;**

### **CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO**

3. O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que a obra possui projeto básico completo, com quantitativos e especificações previamente definidos.

3.1. A execução deverá observar integralmente os elementos técnicos constantes do Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a entrega da obra em sua integralidade, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

3.2. No regime de empreitada por preço global, a CONTRATADA assume a responsabilidade pela execução completa do objeto, incluindo todos os serviços, materiais, equipamentos e encargos necessários, ainda que não expressamente detalhados, mas indispensáveis à perfeita execução da obra.

3.3. Eventuais alterações quantitativas ou qualitativas somente poderão ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e formalização por termo aditivo.

### **CLÁUSULA QUARTA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.1. O pagamento será realizado mediante medições periódicas da obra executada, conforme Cronograma Físico-Financeiro, após ateste da fiscalização, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente conferida e aprovada, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da despesa, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Sobre os valores devidos serão efetuadas as retenções legais cabíveis, especialmente:  
I – INSS (retenção previdenciária), nos termos da legislação vigente;  
II – ISSQN, incidente sobre o valor total da prestação dos serviços de construção civil, na forma da legislação municipal.

4.3. Para fins de apuração do ISSQN, a base de cálculo corresponderá ao valor total da obra, admitindo-se a dedução apenas dos materiais comprovadamente fornecidos pelo prestador e incorporados à obra, desde que:

- a) sejam produzidos fora do local da prestação do serviço;
- b) estejam sujeitos à incidência do ICMS;
- c) sejam devidamente comprovados por documentação fiscal idônea.



4.4. A dedução de materiais observará o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, especialmente quanto à exclusão de materiais sujeitos ao ICMS da base de cálculo do ISS, não sendo admitida a dedução de insumos ou materiais aplicados no próprio canteiro de obras.

4.5. Não será admitida proposta com condição de pagamento antecipado ou vinculada à data de emissão da Nota Fiscal.

4.6. Os pagamentos serão efetuados por meio de transferência bancária.

4.7. Para cada medição, a CONTRATADA deverá apresentar, além da Nota Fiscal, a documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo:

- a) Boletim de medição assinado pelo responsável técnico;
- b) comprovação de regularidade junto ao INSS e FGTS;
- c) certidões fiscais e trabalhistas válidas;
- d) demais documentos exigidos pela fiscalização para comprovação da execução regular do contrato.

**4.8.** A Administração poderá, mediante justificativa, dispensar documentos cuja exigência se mostre desnecessária à comprovação da execução contratual, observados os princípios da razoabilidade e eficiência.

#### **CLÁUSULA QUINTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO**

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas nos ANEXOS, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25% e no caso particular de 50% para reforma de edifícios ou equipamentos, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

#### **CLÁUSULA SEXTA DO REAJUSTE DE PREÇOS**

6.1 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de **12 (doze) meses**, contados da data-base do orçamento estimado da contratação.

6.1.1 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados mediante aplicação do índice INCC – Índice Nacional da Construção Civil, ou outro que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

6.1.2 O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA, sendo devido independentemente de previsão expressa, desde que observado o prazo mínimo legal.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

7. As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:





02.06.00 – 27.812.0045.1000 - 4.4.90.51 – **958 (Fonte 05)** – Obras e Instalações. – **R\$ 409.249-48**

## **CLÁUSULA OITAVA** **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, o edital, seus anexos e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1. A execução do contrato observará os preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

8.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste contrato, no edital e em seus anexos:

8.2.1. Executar integralmente o objeto contratado, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, responsabilizando-se pela entrega completa da obra;

8.2.2. Arcar com todos os custos diretos e indiretos decorrentes da execução da obra, incluindo materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, tributos, taxas, seguros, transporte e quaisquer outros necessários à perfeita execução do objeto, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

8.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

8.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.2.5. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Cronograma Físico-Financeiro, responsabilizando-se por eventuais atrasos;

8.2.6. Apresentar, antes do início da execução, a relação da equipe técnica responsável pela obra, devidamente habilitada, para aprovação da fiscalização;

8.2.7. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente as disposições da NR-10 e demais normas aplicáveis, garantindo o uso de EPIs e EPCs, podendo a Administração determinar a paralisação dos serviços em caso de descumprimento;

8.2.8. Responsabilizar-se pela qualidade técnica dos serviços executados, inclusive por aqueles eventualmente subcontratados, respondendo por quaisquer falhas ou vícios;

8.2.9. Providenciar o registro da ART ou RRT de execução da obra, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como a regularização da obra perante os órgãos competentes;

8.2.10. Submeter previamente à fiscalização as especificações e amostras dos materiais a serem utilizados, quando solicitado;



8.2.11. Executar a obra em conformidade com as normas técnicas da ABNT, em especial as relativas a instalações elétricas, SPDA, segurança e desempenho estrutural;

8.2.12. Responsabilizar-se pela correção de imperfeições identificadas entre o recebimento provisório e o definitivo da obra;

8.2.13. Atender às exigências ambientais, promovendo a adequada gestão, transporte e destinação final dos resíduos da obra;

8.2.14. Observar as vedações legais quanto à participação de agentes públicos e seus parentes, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

8.2.15. Fornecer todos os materiais necessários à execução da obra, os quais deverão ser novos, de primeiro uso e atender integralmente às especificações técnicas;

8.2.16. Executar, quando necessário, os procedimentos de licenciamento junto aos órgãos competentes, arcando com taxas e encargos;

8.2.17. Manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.18. Cumprir as disposições do Decreto Municipal nº 3.194/2025, especialmente quanto à manutenção do Diário de Obras;

8.2.19. Manter vigente, durante toda a execução do contrato, o seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil, conforme previsto neste instrumento contratual.

8.3. Os materiais empregados deverão ser de qualidade comprovada e atender às especificações técnicas, podendo ser rejeitados pela fiscalização caso não atendam aos requisitos estabelecidos.

8.4. A fiscalização poderá exigir a substituição de materiais ou serviços que não atendam às condições contratuais, sem ônus adicional à Administração.

## **CLÁUSULA NONA**

### **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo de outras previstas neste contrato, no edital e na legislação aplicável:

9.1. Fornecer à CONTRATADA todos os documentos, projetos, informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratual;

9.2. Emitir a Ordem de Serviço para início da execução contratual, após o cumprimento das condições exigidas, tais como apresentação de garantia, ART/RRT e seguro da obra, quando aplicável;

9.3. Designar formalmente gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual;



9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, podendo determinar correções, ajustes ou a paralisação dos serviços quando constatadas irregularidades;

9.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma e prazos estabelecidos neste contrato, observadas as medições aprovadas e a regularidade fiscal e trabalhista;

9.6. Receber o objeto contratual provisoriamente e definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

9.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, determinando sua correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

9.8. Aplicar as sanções administrativas previstas neste contrato e na legislação vigente, quando constatado descumprimento das obrigações contratuais;

9.9. Manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da legislação vigente, quando devidamente comprovadas as hipóteses legais;

9.10. Prestar apoio institucional necessário à execução da obra, especialmente no que se refere ao acesso ao local, liberação de áreas e interlocução com outros órgãos, quando necessário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA DA EXTINÇÃO ANTECIPADA**

10. O presente contrato poderá ser extinto, total ou parcialmente, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, mediante decisão devidamente motivada da autoridade competente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.1. A extinção contratual por ato unilateral da Administração poderá ocorrer nas hipóteses legais, especialmente nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, interesse público devidamente justificado ou demais situações previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, produzindo as consequências previstas no art. 139 do mesmo diploma legal.

10.2. O contrato poderá ser extinto por iniciativa da CONTRATADA, nas hipóteses previstas no § 2º do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições e consequências estabelecidas no § 2º do art. 138 da referida lei.

10.3. A extinção do contrato deverá ser precedida de processo administrativo, no qual serão assegurados:

- I – o levantamento dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II – a apuração dos valores devidos à CONTRATADA e à Administração;
- III – a apuração de eventuais indenizações, multas e demais encargos;
- IV – a análise da responsabilidade pelas causas da extinção;
- V – a notificação dos garantidores e seguradores, quando houver garantia contratual ou seguro vigente.

10.4. Nos casos de extinção contratual, a Administração poderá assumir imediatamente o objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, conforme previsto na legislação,



podendo ainda promover a ocupação provisória de bens e serviços vinculados à execução contratual, quando necessário à continuidade do serviço público.

10.5. A extinção do contrato não exime a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes de vícios, defeitos ou falhas na execução do objeto, nem das obrigações relativas às garantias legais e contratuais.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

### **11.1. Das infrações administrativas**

11.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

11.1.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4. enseje o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato, sem motivo justificado;

11.1.1.5. apresente declaração ou documentação falsa, ou preste declaração falsa durante a execução do contrato;

11.1.1.6. pratique ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.1.7. comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude de qualquer natureza; ou

11.1.1.8. pratique ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

### **11.2. Do Processo Administrativo e das Sanções Administrativas**

11.2.1. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 15.612, de 6 de maio de 2021.

11.2.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

11.2.2.1. advertência, para a infração prevista no subitem 11.1.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.2. multa, nas modalidades:

11.2.2.2.1. compensatória, de até 10% sobre o valor da parcela inadimplida, para quaisquer das infrações previstas nos subitens 11.1.1.1. a 11.1.1.8;





11.2.2.2.2. moratória, pelo atraso injustificado na execução do contrato, de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.2.2.3. moratória, pela não obtenção do Certificado de Apresentação de Programa de Integridade dentro do prazo referido na Cláusula 16.49.2, de até 0,02% (dois centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor do contrato, até o limite de 10% (dez por cento).

11.2.2.3. impedimento de licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.2. a 11.1.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para as infrações previstas nos subitens 11.1.1.5. a 11.1.1.8.

### **11.3. Da Aplicação das Sanções**

11.3.1. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.3.2. A aplicação de sanções não exime o contratado da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

11.3.2.1. O valor previsto a título de multa compensatória será tido como mínimo da indenização devida à título de perdas e danos, competindo ao contratante provar o prejuízo excedente, nos termos do art. 416 do Código Civil - Lei nº 10.406/2002.

11.3.3. A multa de mora poderá ser convertida em multa compensatória, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

11.3.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

11.3.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no instrumento, poderá ser extinto unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados nos incisos do caput do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.6. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme o disposto no seu art. 30, nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou na Lei estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018, em especial seu art. 41.

11.3.7. Serão reputados como inidôneos atos como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

11.3.8. As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade levam à inclusão do licitante no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – SP.

### **11.4. Da execução da garantia contratual**

11.4.1. O valor da multa poderá ser descontado da garantia contratual.



11.4.2. Se a multa for de valor superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo contratante.

11.4.3. Se os valores da garantia e das faturas forem insuficientes, fica o contratado obrigado a recolher a diferença devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

11.4.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa não tributária.

11.4.5. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias, contado da solicitação do contratante.

11.4.6. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, conforme disposto no item 1.2 do Termo de Referência, integrante deste edital, podendo ser prorrogada nas hipóteses previstas no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada e demonstrada a vantajosidade para a Administração.

12.2. O prazo de execução da obra observará o Cronograma Físico-Financeiro constante dos anexos deste edital, devendo a empresa contratada cumprir integralmente as etapas e prazos nele estabelecidos.

12.3. Eventuais prorrogações contratuais deverão ser formalizadas mediante termo aditivo, devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente, observando-se os limites e condições estabelecidos na legislação vigente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE**

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 14.133/21 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

13.1 E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**NOME COMPLETO**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL**

**Empresa**  
**Representante legal**  
**Contratada**

Fiscal do Contrato

1. \_\_\_\_\_  
Nome completo  
RG nº \_\_\_\_\_

Gestor do Contrato

2. \_\_\_\_\_  
Nome completo  
RG nº \_\_\_\_\_



## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

**CONTRATANTE:** \_\_\_\_\_

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº.** \_\_\_\_\_

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA Implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal Cassídio Pinto – Tarumã/SP**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

Pelo CONTRATANTE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela CONTRATADA:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**FISCAL DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



## ANEXO II - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E VISTORIA TÉCNICA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento do local onde se realizarão as obras e/ou serviços, \_\_\_\_\_, com pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, responsabilizando-me pela execução dos mesmos e pela fiel observância da execução do objeto de acordo com os projetos, memoriais e especificações técnicas, detalhes, catálogo de componentes e planilha orçamentária. Declaro, também, a concordância com os quantitativos, preços unitários e global apresentados, bem como demais elementos técnicos fornecidos pelo (a) [Órgão / Entidade Licitador] e, aceito, como sendo válida a situação em que se encontra o local para a realização do objeto desta licitação e pelo cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

OBRA:.....

MUNICIPIO DE .....

Nome da Empresa:

Processo nº

Editais nº

Município de ...../..... de ..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
**Representante da Empresa**  
**(Assinatura do representante)**

\_\_\_\_\_  
**Responsável Técnico da Empresa**  
**CREA N.º ou CAU N.º**  
**(Nome, assinatura)**



### ANEXO III - D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obra nº \_\_\_\_/2026, a indicação do Sr (a) \_\_\_\_\_, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº \_\_\_\_\_, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



**ANEXO IV**  
**MODELO – CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP

Referência: Concorrência Obra n.º \_\_\_\_/2026 – Processo n.º \_\_\_\_/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA Implantação do sistema de iluminação do Estádio Municipal Cassídio Pinto – Tarumã/SP.

Propomos à Secretaria Municipal de AGRO/OBRAS DE TARUMÃ/SP a execução do objeto da Licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, Condições Gerais de Contratos e Elementos Técnicos Instrutores da Licitação em referência.

1. O preço Global da proposta é de R\$ \_\_\_\_\_.  
(\_\_\_\_\_).

2. O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

Obs. Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso. Incluir dados bancários para pagamento.





## ANEXO V – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO; (ANEXO)



## **ANEXO VI – PROJETO BÁSICO, MEMORIAIS, DESENHOS TÉCNICOS E DEMAIS PEÇAS; (ANEXO)**



**ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / ORÇAMENTO BASE DA  
ADMINISTRAÇÃO.  
(ANEXO)**



## ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO (ANEXO)





## DECLARAÇÃO

Obs: Apresentar esta declaração acompanhada da CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL (Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou pelo Cartório de Registro Civil, conforme o caso).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que a sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº. documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obra nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, que a empresa .....(razão social/CNPJ) ..... não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade





## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº \_\_\_\_/2026, a indicação do Sr (a) \_\_\_\_\_, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº \_\_\_\_\_, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, **engenheiro Civil**,  
registrado sob o C.R.E.A. N° \_\_\_\_\_:

**DECLARO**, para fins de participação no Processo Licitatório n°. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras n° \_\_\_\_/2026, estar ciente e concordar com a minha indicação feita pela empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n° \_\_\_\_\_, como responsável técnico do objeto desta licitação.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
N° documento identidade



## DECLARAÇÃO “NÃO VÍNCULO MUNICIPAL”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas das leis e para os devidos fins, que seu proprietário, e/ou sócios, e/ou gerentes, não possuem vínculo parentesco com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários, na forma estabelecida pela Lei.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2026 – Concorrência Obras nº. \_\_\_\_/2026, sob as penas da Lei, que está em cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, IV da Lei Federal 14.133/21.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade





## DECLARAÇÃO “QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA”

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, sob as penas das leis e para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, vencedora do processo licitatório nº \_\_\_\_\_, Modalidade \_\_\_\_\_, realizado para \_\_\_\_\_, no âmbito do Contrato de Repasse nº \_\_\_\_\_, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



## MODELO DE PROCURAÇÃO

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua ..... na cidade de ....., portador da RG ..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa ....., situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de ....., Estado de ....., CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã/SP, no edital de Licitação Processo nº \_\_\_\_/2026, Modalidade Concorrência Obras nº \_\_\_\_/2026, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável  
Cargo do Responsável  
Nº documento identidade

